

Na retaguarda do PS: combates pela democracia

Maria Inácia Rezola¹

“Sr. Presidente da República e meu general: Não acredito que esteja disposto a fugir ao destino histórico de Gomes da Costa, assumindo o destino histórico de Carmona e dando à luz uma nova ditadura”²

Este é o repto lançado, a 8 de Agosto, pelo deputado socialista António Reis ao Presidente da República, Francisco da Costa Gomes. A crise revolucionária atingia então um dos seus pontos altos, na sequência da tomada de posse do V Governo Provisório e da publicação do *Documento dos Nove*. Reflexo da cisão que minava a estrutura do MFA, o documento colhe o imediato apoio do Partido Socialista (PS) que, sobretudo depois da eclosão do *caso República*, fizera das ruas um dos seus principais palcos de intervenção. Ao proferir estas palavras, António Reis catapultava para um primeiro plano aquela que era já uma outra frente privilegiada de luta política: as bancadas da Assembleia Constituinte.

A intervenção de António Reis reveste-se de um amplo significado, deixando patente que o PS não transigiria com mais “veleidades revolucionárias”. Para reforçar a sua posição, António Reis recorda estar munido de uma dupla legitimidade. Desde logo, a revolucionária, dada a sua participação, como miliciano, no 25 de Abril de 1974. Não é por acaso que trata o Presidente da República como “meu general”. Depois, apresenta-se também como portador de uma legitimidade eleitoral, enquanto deputado pelo partido que vencera as eleições de 25 de Abril de 1975. Uma dupla qualidade que tem subjacente as contradições com que a revolução se debatia. Em causa, um dos vectores centrais desses meses quentes do Verão de 1975: a definição de um modelo político.

¹ Professora Adjunta da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS-IPL) e Investigadora do Instituto de História Contemporânea (IHC- FCSH/UNL).

² *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 29, 9/8/75.